

# Educadores em disputa: Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública do Paraná em Irati/PR (1998-2002)

*José Jailton Camargo*

Pós-graduada em História (UNICENTRO)

*Rosemeri Moreira*

Professora do Departamento de História (UNICENTRO)

**Resumo:** O artigo discute o o processo de implantação do núcleo regional da APP-Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública do Paraná, em Irati/PR. O objetivo foi perceber o processo em suas implicações históricas e políticas dentro da classe dos trabalhadores em educação. O recorte temporal tem por base a constituição do sindicato em 1988, e a efetivação da sede regional de Irati, em 2002. Foram utilizadas entrevistas e materiais impressos, tais como atas, boletins e folhetos produzidos pela entidade.  
**Palavras-chaves:** Campo político; Sindicalismo; Poder.

**Abstract:** The article discusses the process of implanting the regional office of the public education workers' syndicate (APP-Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública) in the city of Irati, Paraná. The objective was to perceive the process in its historical and political implications within the education-working class. The time range is based on the syndicate foundation in 1988 and the effective opening of the Irati regional headquarters in 2002. Interviews and printed materials have been used, such as logs, newsletters, and pamphlets produced by the entity.  
**Keywords:** Political arena; Unionism; Power".

**Resúmen:** Se discute el proceso de creación del nucleo regional de la APP-Sindicato de los Trabajadores en Educación Pública de Paraná, en la ciudad de Irati/PR. Se buscó leer el proceso en su mirada historica y política por la clase de los trabajadores en educación, de 1988 a la creación de la ofician regional de Irati, el 2002. Fueron usados testimonios y materiales de la prensa y otros documentos del sindicato.  
**Palabras-clave:** Arena política; Sindicalismo; Poder.

Este artigo estuda a implantação do núcleo da APP-Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública do Paraná, na cidade de Irati. A partir de documentação escrita e entrevistas com sindicalistas que militaram no sindicato entre 1998, ano em que ocorreu a unificação entre o sindicato dos funcionários das escolas públicas e o dos professores estaduais, e o ano de 2002, em que houve a implantação definitiva da nova sede regional.

“Não havia luta contra o governo e nem disputa pelo poder na entidade, que não tinha patrimônio e dinheiro. Exemplo disso foi o meu primeiro mandato, previsto para dois anos, que se estendeu por sete anos sem qualquer tipo de contestação.”<sup>1</sup> Faustino Fávaro, considerado como o fundador da APP, em 1947, assim se expressa em uma entrevista concedida por ocasião do cinquentenário da entidade, em 1997. Dá o tom do despretensioso início da mesma, que então não tinha exatamente uma posição política e, se tinha alguma, certamente não era de esquerda. Hoje isso mudou.

Embora seja pertinente questionar-se sobre o modo como, ao longo dos anos, a entidade tenha guinado à esquerda, nosso propósito é investigar acerca da afirmação de que não havia disputa de poder dentro da mesma. Isso também mudou, do que igualmente se percebe a constatação na fala de Fávaro. Nenhum mandato mais se estende por tanto tempo sem contestação. Isso é válido para o conjunto estadual da entidade, e é também válido para suas subdivisões regionais, sobre uma das quais se centra nosso estudo.

Essas subdivisões regionais são denominadas de núcleos sindicais. Grosso modo, é possível perceber nestes disputas tão acirradas quanto as que se verificam na esfera estadual do sindicato. Ao estudarmos o processo de implantação de uma nova sede regional em Irati, podemos perceber tanto o evidenciar-se dessas disputas, quanto a preocupação em dar um caráter estatutário ao mesmo. De fato, a criação de núcleos novos dentro da entidade é prevista no estatuto da mesma, sendo de responsabilidade de uma Assembleia Estadual Extraordinária.<sup>2</sup> Normalmente, o motivo que se alega para a criação dos núcleos é a necessidade de uma melhor organização do sindicato para enfrentar os desafios que surgem. A criação do núcleo sindical de Irati, a princípio, não fugiu a essa prerrogativa, sendo sua criação alegada devido ao grande tamanho do núcleo regional ao qual a cidade antes pertencia, o que, segundo os incentivadores da empreitada, impedia um trabalho mais consistente da diretoria regional. Oficialmente, a criação do novo núcleo sindical ainda é apresentada como fruto da necessidade de organização.

Ao estudarmos o processo, no entanto, pudemos perceber elementos variados concorrendo para a efetivação do mesmo. A partir da perspectiva

<sup>1</sup> Jornal 30 de Agosto 53, abr. 1997.

<sup>2</sup> Estatuto da APP-Sindicato. Art. 22, inciso IX.

teórica de Pierre Bourdieu e seus estudos sobre as relações de poder entre os grupos sociais estabelecidos em um mesmo campo simbólico, nos propomos a historicizar o período em que, efetivamente, pessoas se mobilizaram em torno desse objetivo. Ao identificarmos a existência de ortodoxias e heterodoxias<sup>3</sup> no sindicato, tanto em caráter regional quanto estadual, nos propomos pensar a implantação na perspectiva de uma luta simbólica travada no interior do campo político. Onde os integrantes da ortodoxia estadual se propunham colocar nas diretorias regionais pessoas com ideias conformes ao seu programa, e os integrantes da ortodoxia regional precisavam enfrentar os dissidentes locais a fim de manter sua autonomia em relação à ortodoxia estadual, da qual discordavam.

Essas disputas de poder no interior da entidade podem ser percebidas também na entrevista de Fávoro. Mas embora concorram de forma decisiva, não são, certamente, os únicos elementos elencáveis no decorrer do processo. A somar-se com a luta simbólica entram fatores como a conjuntura política nas esferas nacional e estadual, a militância de pessoas dispostas a efetivar a nova sede, as eleições sindicais e as greves articuladas no período estudado, entre outros. Esses fatores certamente haviam que estar presentes no horizonte dos grupos envolvidos. A fim de historicizar esse processo, realizamos entrevistas com as seguintes pessoas: os professores e sindicalistas Idemar Vanderlei Beki e José Pianaro, e a funcionária de escola sindicalizada e não militante Maria Leni dos Santos.<sup>4</sup>

Utilizamos também como fontes atas produzidas pelo núcleo sindical de Ponta Grossa, ao qual a cidade de Irati e seus filiados pertenciam durante o período que estudamos (1998 a 2002); atas de reuniões realizadas por professores e funcionários de Irati antes da implantação do núcleo; boletins produzidos pela categoria; cadernos de cursos de formação sindical; o caderno de teses para o 1º Congresso Estadual Unificado da APP-Sindicato; e o estatuto da entidade. Nos documentos analisados podemos perceber como se davam as relações de

<sup>3</sup> Cf. Pierre Bourdieu, *ro: Questões de sociologia* (Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983), 89 “...sabe-se que em cada campo se encontrará uma luta, da qual se deve, cada vez, procurar as formas específicas, entre o novo que está entrando e que tenta forçar o direito de entrada e o dominante que tente defender o monopólio e excluir a concorrência.” Dessa posição derivam as noções de ortodoxia e heresia, sendo que ortodoxia designaria precisamente o dominante que tende a defender o monopólio, e heterodoxia, ou heresia, seria a designação do novo que força o direito de entrada. Não o direito de entrada no campo, do qual ele já faz parte, mas na ortodoxia.

<sup>4</sup> A escolha dessas pessoas em particular, se dá em razão de que são representativas do momento histórico que recortamos. De fato, o professor Pianaro aparece como militante mesmo antes da implantação do núcleo, embora depois da implantação tenha continuado filiado sem ser militante; o professor Beki foi o primeiro presidente do novo núcleo sindical e a funcionária Maria Leni já era afiliada ao sindicato dos funcionários – Sinte-PR - e depois passou para a APP-Sindicato, embora não militasse em nenhum deles.

poder entre as lideranças de Irati e Ponta Grossa e a percepção dos sindicalistas acerca das disputas políticas. Foram utilizadas ainda três atas redigidas antes da formação do núcleo sindical em Irati, e a ata da primeira reunião após a implantação desse núcleo e consequente desmembramento do núcleo de Ponta Grossa, documentos de grande relevância para nosso trabalho. No arquivo da sede estadual, em Curitiba, encontramos ainda um documento que não fora mencionado em nenhuma das entrevistas: o Programa de Reorganização Geográfica do Sindicato,<sup>5</sup> levado á cabo entre os anos de 1997 e 2002, e que incluiu Irati entre as cidades que poderiam sediar um novo núcleo do mesmo.

Para o trabalho com as entrevistas, fizemos uso da metodologia da História Oral. É possível dizer, hoje, que o conhecido debate entre historiadores “documentalistas” e “memorialistas” está praticamente encerrado, e que ninguém mais pode contestar a validade teórica e prática da utilização desse tipo de fonte. Ao contrário, os estudos relacionados ao que se convencionou chamar de tempo presente, praticamente não têm como prescindir das mesmas, até porque, como aponta Phillippe Joutard, “a história oral não dispensa métodos comprovados de crítica histórica: ela postula, pelo contrário, a confrontação com os arquivos escritos e outros testemunhos.”<sup>6</sup>

O que nos interessa propriamente no trabalho com a metodologia da história oral, e com suas fontes, é sua capacidade de nos trazer a percepção dos agentes sociais acerca do período que estamos investigando, ajudando-nos no trabalho de estudar o processo de formação do núcleo sindical de Irati.<sup>7</sup> Essa percepção, no entanto, não foi nossa única fonte. Utilizamos-la em consonância com farto material documental, retirado dos arquivos mantidos pela APP-Sindicato.

Cada testemunha tem uma significação singular para o trabalho. Maria Leni dos Santos, embora não tenha uma participação efetiva na militância sindical, ou não seja um ator de relevância no campo político que estudamos, é representativa do segmento dos funcionários de escola, e sua não atuação é tão significativa quanto a atuação efetiva dos outros dois entrevistados. As lembranças que conosco compartilha, relativas principalmente às dificuldades financeiras presentes no período que investigamos e à ausência de participação política de grande parte dos funcionários de escola, nos ajudam a perceber que a classe, enquanto fator caracterizado pelo processo histórico, não é uma entidade estável ou estática, mas que se compõe de sujeitos, pessoas de carne e osso. Que não necessariamente vão fazer a revolução pelo fato de serem exploradas.

<sup>5</sup> Esse programa consta em Luiz C. P. da Rocha, org., *Caderno de resoluções para o 1º Congresso Estadual Unificado dos Trabalhadores em Educação do Paraná* (Curitiba, 2001).

<sup>6</sup> Phillip Joutard, “Oral (história)”, in André Burguière, org., *Dicionário das ciências históricas* (Rio de Janeiro: Imago, 1993), 583.

É importante também, assim como os outros entrevistados, porque dialoga com os autores que utilizamos ao expor o contexto mais amplo em que nosso recorte temporal se insere, na condição de trabalhadora e funcionária pública.

José Pianaro, embora não tenha continuado a militar no sindicato depois da efetivação do núcleo, é apontado como referência pelos demais sindicalistas do mesmo durante o período estudado, e também pela entrevista do professor Idemar Béki. Enquanto nos propusemos falar dos grupos que se antagonizavam na “região” antes que a nova sede se efetivasse, ele aparece sempre como a pessoa que liderava o grupo de Irati antes do professor Idemar, e alguém que não só acompanhou o processo de perto, como atuou nele efetivamente.

Idemar Béki foi o primeiro presidente do novo núcleo sindical. Em sua entrevista aponta que logo depois de chegar na cidade estava interagindo com outras pessoas ligadas ao sindicato. Tornou-se efetivamente uma liderança. Podemos perceber isso até pelo fato do grupo decidir torná-lo presidente da nova sede.<sup>8</sup>

Essas pessoas nos trazem versões complementares a respeito da implantação do núcleo sindical. As imprecisões de datas ou nomes que porventura apresentam em suas entrevistas, puderam ser confrontadas com o material impresso, ao mesmo tempo em que ajudam a dar um enfoque pessoal aos mesmos.

Nosso recorte se faz dentro da perspectiva da História do Tempo Presente. Esta que François Bédarida, um dos fundadores do Instituto de História do Tempo Presente francês, diz já ter chamado, no primeiro boletim da revista da instituição de “a nova oficina de Clio”<sup>9</sup> e que hoje - parece haver consenso entre os próprios praticantes – pode-se tomar as palavras de René Rémond dizendo: “Não tornarei a insistir nas razões que legitimam nossa história do tempo presente. A batalha está ganha e atualmente ninguém mais contesta sua situação de fato, nem que ela possa ser objeto de um estudo científico.”<sup>10</sup> É uma modalidade destinada a pensar um tempo relativamente recente. Toma-se como objeto fatos ainda “quentes” na memória de muitos. Daí a importância da História Oral. É também passível de banalização por quem a considere “fácil”

<sup>7</sup> As entrevistas não foram feitas a partir de roteiros pré-estabelecidos. As pessoas puderam falar das lembranças que têm do assunto, a partir de seu enfoque pessoal.

<sup>8</sup> Após a criação efetiva do novo núcleo, não houve uma eleição para a diretoria. Isso se aplica também aos outros núcleos sindicais criados no período, sendo que a primeira diretoria foi formada por pessoas “representativas” presentes em Irati e nas outras cidades do núcleo. FONTE: Ata da primeira reunião do pró núcleo da APP-Sindicato em Irati. 16/11/2001

<sup>9</sup> François Bédarida, “Tempo presente e presença na história,” in Janaína Amado e Marieta de Moraes, orgs., *Usos e abusos da história oral* (Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006), 219.

<sup>10</sup> René Rémond, “Algumas questões de alcance geral à guisa de introdução,” in Amado e Moraes, 205.

de fazer. De fato, Rémond lembra essa possibilidade e insiste no cuidado com a “higiene” intelectual e as exigências de probidade necessárias ao exercício desse tipo de história.<sup>11</sup> Afinal, mais que qualquer outro período, e por ter presença em memórias vivas, o historiador que trabalha o tempo presente confronta-se, necessariamente, com uma acurada questão ética. Ponto que Bédarida considera como uma das três diretrizes da profissão desses historiadores (as outras duas seriam a relação da história com a verdade e com a totalidade).<sup>12</sup>

Chartier, ao lembrar a “inveja” que sente como historiador modernista, afirma que um dos motivos para esta inveja seriam os recursos documentais à disposição do historiador do tempo presente “que parecem inesgotáveis.”<sup>13</sup> Isso não parece referir-se somente a documentos escritos, prontos, mas, como este deixa claro um pouco depois, também à “capacidade de construir observatórios ajustados às suas preocupações.”<sup>14</sup> Em nosso caso, isso parece se confirmar, uma vez que as fontes documentais não se mostrassem tão abundantes assim, tínhamos a possibilidade de construir outras fontes para ajudar a suprir as lacunas: as fontes orais. Possibilidade totalmente inacessível a períodos históricos mais recuados.

Utilizamos os conceitos de campo, poder simbólico, heterodoxia e ortodoxia presentes na sociologia de Pierre Bourdieu, para pensarmos as disputas que se travaram no processo de implantação do novo núcleo e a luta simbólica que se travou para que este se efetivasse. Esta implantação reduziu territórios de outros núcleos, subtraindo a estes um número significativo de filiados, e criou um outro corpo de líderes, com prerrogativas legais iguais àquelas dos líderes da antiga sede à qual este pertencia. Nos valem da noção conceitual de campo, de Bourdieu, segundo a qual “um campo se define entre outras coisas através da definição dos objetos de disputas e dos interesses específicos que são irreduzíveis aos objetos de disputas e aos interesses próprios de outros campos e que não são percebidas por quem não foi formado para entrar neste campo,”<sup>15</sup> a fim de procurarmos definir as posições dos grupos envolvidos na implantação do núcleo e suas estratégias desde a unificação do sindicato, onde discutimos a coesão da classe.

Para a efetiva implantação e existência do novo núcleo e sua “região” de abrangência, nos valem da discussão feita por Bourdieu acerca da ideia de região e sua construção como produto da história, retirando um pouco da noção de que uma região é ou pode ser algo “natural”. Entendemos ter

<sup>11</sup> Rémond, 205.

<sup>12</sup> Bédarida, 221.

<sup>13</sup> Roger Chartier, “A visão do historiador modernista,” in Amado e Moraes, 215.

<sup>14</sup> Chartier, 216.

<sup>15</sup> Bourdieu, 89.

demonstrado que a delimitação da região de Irati, no caso específico do núcleo sindical, é uma construção social e política.

Utilizamos também de noções conceituais da linha marxista da nova esquerda, especialmente de Eric Hobsbawm e Edward Palmer Thompson, a título de pensar a noção da classe dos trabalhadores em educação. Hobsbawm aponta, em um de seus trabalhos, que afirmar a existência das classes sociais, dos conflitos de classe, e da consciência de classe, é uma proposição básica com a qual todos deveríamos estar de acordo.<sup>16</sup> Para Thompson, a classe é algo que ocorre, efetivamente, na história, e cuja existência não pode ser demonstrada de outra forma que não se debruçando sobre essa história. Segundo esse autor “a mais fina rede sociológica não consegue nos oferecer um exemplar puro de classe,”<sup>17</sup> pois a classe só é perceptível se buscada em pessoas e contextos reais e em suas relações. Estes são trabalhos de inspiração de um marxismo denominado revisionista, uma vez que postula a ação dos sujeitos.

Na perspectiva de Bourdieu, para que possamos fazer um estudo do espaço social e da gênese das classes, é fundamental que operemos algumas rupturas com a teoria marxista. Uma dessas rupturas seria com a “ilusão intelectualista que leva a considerar a classe teórica, construída pelo cientista, como uma classe real, um grupo efetivamente mobilizado”<sup>18</sup> Temos, portanto, posturas diferentes com relação ao conceito. Se, por um lado, pode-se apostar na efetividade e operacionalidade do mesmo pelo viés marxista, na perspectiva relacional, o recorte de uma classe torna-se responsabilidade e decisão do cientista que o faz.

Os conceitos de “experiência” e “consciência” de classe, caros ao marxismo e utilizados por Thompson em seu livro sobre os trabalhadores da Inglaterra, permitem apostar em dois momentos da existência de uma classe. No primeiro momento, o da experiência, observa-se a classe através das “relações de produção em que os homens nasceram – ou entraram involuntariamente.”<sup>19</sup> Ou seja, qualquer pessoa que faça parte de um segmento profissional pode ser incluída nesse recorte de classe. No segundo momento, o da consciência, é necessário observar “a forma como essas experiências são tratadas em termos culturais: encarnadas em tradições, sistemas de valores, ideias e formas institucionais.”<sup>20</sup> É o momento em que os elementos definidores da classe são percebidos pelos sujeitos e nos sujeitos, e em que o pesquisador

<sup>16</sup> Eric Hobsbawm, *Mundos do trabalho: novos estudos sobre história operária* (Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000), 33.

<sup>17</sup> Edward P. Thompson, *A formação da classe operária inglesa* (Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987), 10.

<sup>18</sup> Bourdieu, 133.

<sup>19</sup> Thompson, 10.

<sup>20</sup> Thompson, 10.

pode encontrá-los em atitudes que esses sujeitos externalizam. Grosso modo, pode-se dizer que é o momento em que os sujeitos se percebem como pertencentes a uma classe determinada, e evidenciam essa percepção em suas ações.

Na mesma linha dos conceitos de experiência e consciência, adotados por Thompson, Hobsbawm observa que o próprio Marx usara da ideia de classe com esses dois sentidos. No primeiro entrariam, assim como em Thompson, “aqueles amplos conjuntos humanos que podem ser reunidos sob uma classificação segundo um critério objetivo – por manterem relações similares com os meios de produção.”<sup>21</sup> No segundo momento entraria um critério subjetivo, a saber, a consciência de classe. Para Hobsbawm, uma classe só viria a existir realmente quando os elementos que a integram começam a ter consciência de si mesmos enquanto uma classe. Pode-se perceber que, embora se modifique um pouco de um pensador para outro, o sentido do termo e sua dualidade (experiência & consciência) permanece.

Somente na história a classe poderia ser observada, correndo o risco de perder seu sentido quando se pretendesse suspendê-la como algo a ser pensado apenas teoricamente. Thompson se refere, em outro texto famoso, a casos - dentro da própria linha marxista - em que se pensa algo (a Revolução) a partir de um modelo tão rígido, que o tipo de Revolução que aconteceu na Inglaterra é considerado como um modelo “errado”, apenas porque não seguiu os mesmos passos que a Revolução Francesa. Para ele, ainda, se um acontecimento real não se encaixa no modelo, então é o modelo que deve ser revisto. Jamais se pode proceder ao julgamento e condenação de um acontecimento só porque não se encaixa nesse ou naquele modelo.<sup>22</sup> No tocante à classe, nesse mesmo texto, o apelo ao processo histórico volta a ser enfático: “Classes não existem como categorias abstratas – platônicas – mas apenas à medida que os homens vêm a desempenhar papéis determinados por objetivos de classe, sentindo-se pertencentes a classes, definindo seus interesses tanto entre si mesmos como contra outras classes.”<sup>23</sup> A experiência de classe é fator, então, fundamental para o estudo, mas não decisivo. Essa perspectiva também parece aproximar-se daquela adotada por Hobsbawm e expressa acima, de que a classe só pode ser descrita enquanto tal a partir do momento em que a consciência de classe aparece. Em “Mundos do trabalho” o autor discute essa questão e enfatiza que “no sentido objetivo” (experiência) do termo, as classes existem “desde a

<sup>21</sup> Hobsbawm, 34.

<sup>22</sup> Edward P. Thompson, *As peculiaridades dos ingleses e outros artigos* (Campinas: Unicamp, 1998), 31-35.

<sup>23</sup> Thompson, “As peculiaridades”, 43.

<sup>24</sup> Hobsbawm, 6.



segregação da sociedade baseada essencialmente em relações de parentesco” enquanto que no sentido subjetivo “a consciência de classe é um fenômeno da era industrial moderna.”<sup>24</sup>

Bourdieu vem questionar justamente essa passagem da “classe em si” à “classe para si”, segundo ele uma “verdadeira promoção ontológica”<sup>25</sup> operada pela teoria marxista. Ou seja, como se passa da experiência à consciência de classe. Na postura marxista, Hobsbawm lembra que Marx já falara em “graus de coesão de classe,”<sup>26</sup> ou seja, não se ignora que as classes não obedecem a esquematismos rígidos e que elas podem não se referir a todos os integrantes de um grupo como tendo o mesmo grau de consciência ou adesão a ele. Entendemos que o apelo de Thompson à realidade social para se falar de classes, nasce de uma preocupação de que o historiador – ou o sociólogo – possa querer ver classes onde não existem. Ou seja, coesas ou não, homogêneas ou heterogêneas, só se pode falar de uma classe quando se observa que pessoas reais, vivendo em contextos reais, se comportaram como uma. Em última instância, quando sujeitos conscientes de si e de sua condição, se reconhecem como um grupo que tem interesses diversos e/ou antagônicos a outros sujeitos pertencentes a outro(s) grupo(s). A promoção da experiência para a consciência é, e só pode ser, operada por sujeitos ativos e conscientes, e não por escravos de estruturas.

Em que sentido podemos, então, falar de uma classe dos trabalhadores em educação pública no Paraná entre 1998 e 2002?<sup>27</sup> Entendemos que devemos falar dessa classe, levando em conta todas as proposições levantadas acima.

Se, para Bourdieu, o pesquisador é quem define a classe através de seu recorte, isso não impede que ela tenha existência objetiva. Pelo contrário, o cientista recorta uma classe provável, observando sempre critérios que permitam afirmar a possibilidade de que o grupo em questão apresenta a maior possibilidade de se comportar como tal, de que os agentes que o compunham ocupam posições semelhantes no espaço social e que “colocados em condições semelhantes e sujeitos a condicionamentos semelhantes, têm, com toda a probabilidade, atitudes e interesses semelhantes, logo, práticas e tomadas de posição semelhantes.”<sup>28</sup> O fato de que os operários (ou os trabalhadores em educação) tendem a formar com mais probabilidade uma classe e os patrões outra, não exclui a possibilidade de que dado uma situação anormal - como uma grave crise -, esses possam se unir, ao menos temporariamente, e formar uma classe que foge ao determinismo

<sup>25</sup> Pierre Bourdieu, *O poder simbólico* (Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003), 138.

<sup>26</sup> Hobsbawm, 38.

<sup>27</sup> Ao adotarmos o conceito de classe tal como proposto por Thompson, estamos incluindo-o em um processo e em um período de tempo específicos. Não pretendemos que com as mudanças conjunturais posteriores a mesma tenha se mantido tal com o se apresentava.

<sup>28</sup> Bourdieu, “O poder”, 138.

do meio econômico em que estão inseridos. Podemos perceber a importância de que o estudo seja baseado em pessoas e contextos reais – como uma crise –, isso nos remete a Thompson, portanto.

A diferença está na forma de definir a(s) classe(s). Nenhum dos autores citados nega a existência dela(s). Bourdieu aponta que o estudo das classes não precisa seguir postulados marxistas, mas continua a usar o conceito. Para nosso estudo, partimos do princípio de que a classe dos trabalhadores em educação, no período estudado, se definiu em relação ao governo do Estado e ao momento histórico de grande impacto do neoliberalismo sobre a sociedade como um todo, e sobre o funcionalismo público em particular. Não ignoramos que nosso papel enquanto pesquisador foi determinante para recortar essa classe específica, nesse local e período específicos, mas entendemos que esse recorte, sendo arbitrário como qualquer outro, não é infundado.

### **AAPP-Sindicato**

A APP-Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública do Paraná existe, com essa denominação, desde 1998. Sua história, porém, remonta ao ano de 1947, quando a Associação dos Professores do Paraná foi fundada por professores do Colégio Estadual e do Instituto de Educação do Paraná, no dia 26 de abril em Curitiba. Em 1981, numa assembleia realizada na cidade de Ponta Grossa/PR, essa associação se une a duas outras associações de professores: a Associação dos Professores Licenciados do Paraná (APLP) e a (Associação do Pessoal do Magistério do Paraná, (APMP)). A designação do termo “sindicato” substituindo “associação” é referendada em assembleia, no ano de 1989, em Londrina/PR, graças à nova constituição aprovada em 1988, que permitia aos funcionários públicos organizarem-se em sindicatos.<sup>29</sup> O nome APP, ainda se referia a um sindicato formado somente por professores, da educação pública no ensino básico.

Já os funcionários de escolas públicas formaram primeiramente a Associação dos Servidores das Escolas Públicas Estaduais do Paraná (ASEEP), mudada depois para Sindicato dos Servidores dos Estabelecimentos Estaduais de Ensino do Paraná (SINSEPAR), e finalmente para Sindicato dos Trabalhadores em Educação do Paraná (SINTE/PR), em 1990.<sup>30</sup>

No ano de 1997 é realizado um congresso extraordinário unificado dos dois sindicatos, que referenda a unificação. Em março de 1998, na cidade de Campo Mourão/PR, uma assembleia do SINTE/PR aprova as deliberações

<sup>29</sup> Fonte Marlei F. Carvalho et al., *Caderno da Etapa II: Concepção, Estrutura e Organização da APP-Sindicato Princípios Norteadores, Estatuto, Instâncias de Deliberação, do Curso de Formação para Representante de Escola* (Curitiba, 2005), 6.

<sup>30</sup> Carvalho, 2000, 6.

tomadas no congresso e em 25/04/1998 as duas entidades fundem-se, formando a APP-Sindicato dos trabalhadores em Educação Pública do Paraná.<sup>31</sup>

A APP-Sindicato tem jurisdição em todo o território do Paraná e se propõe representar: “todos os Trabalhadores em Educação: Professores, Funcionários e Especialistas em Educação (Orientadores Educacionais, Supervisores Escolares e Administradores Escolares) das redes pública estadual e municipais de educação infantil, ensino fundamental, médio e especial, independente do regime jurídico.”<sup>32</sup>

A proposição discursiva apregoada tem a pretensão de ser um sindicato classista, democrático e plural, de lutas, em oposição ao capitalismo na defesa do socialismo e de vanguarda de esquerda.<sup>33</sup> Essas são algumas das prerrogativas gerais que a entidade assume, colocando-se, portanto, numa posição claramente de esquerda. É importante notar, também, que no estatuto da mesma está previsto que esta deve ser “sem vinculação de caráter político-partidário ou religioso.”<sup>34</sup> É filiada também à Central Única dos Trabalhadores (CUT) e à Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE).

Quanto a estrutura e funcionamento, o sindicato é dividido em instâncias estaduais e regionais de deliberação, sendo que entre as instâncias regionais aparecem os núcleos sindicais. Sendo privilegiada ainda a organização por local de trabalho, inspirada nos modelos das comissões de fábrica.<sup>35</sup> Quanto aos núcleos regionais, a entidade não segue a divisão adotada pela Secretaria de Estado da Educação do Paraná (SEED), sendo que seus núcleos podem se localizar em cidades onde não se encontra um Núcleo Regional de Educação (NRE). No caso de Irati, há a coincidência de a mesma cidade sediar um núcleo de educação e (a partir de 2002) um núcleo sindical.

### **Sindicato dos trabalhadores em educação pública do Paraná na região de Irati/PR entre 1998 e 2002**

Durante o período de 1998 a 2002 a luta sindical dos trabalhadores em educação na região de Irati começou a tomar novo ânimo. A APP-Sindicato

<sup>31</sup> Carvalho, 2000, 6.

<sup>32</sup> Fonte: Estatuto da APP-Sindicato. p. 07. No Brasil, segundo Adalberto M. Cardoso, *A década neoliberal e a crise dos sindicatos no Brasil* São (Paulo, Boitempo: 2003), 80. a lei prevê que qualquer trabalhador, mesmo que não seja sindicalizado, é representado pelo seu sindicato, independentemente de querer isso explicitamente ou não. Portanto, a APP-Sindicato tem prerrogativas legais para além de seu estatuto que lhe permitem representar os trabalhadores em educação.

<sup>33</sup> Carvalho, 10.

<sup>34</sup> Fonte: Estatuto da APP-Sindicato. p. 07

<sup>35</sup> Carvalho, 14-18.

agora representava não apenas professores,<sup>36</sup> mas também funcionários, o que contribuía para aumentar o número de filiados e também os debates no interior da entidade, que precisava colocar os novos parceiros na pauta de negociações, formação e mobilizações. Nos anos iniciais à unificação, os funcionários da região que formaria o novo núcleo ainda não têm uma participação muito ativa no sindicato.<sup>37</sup> O professor José Pianaro afirma que as greves que participou eram sempre greves de professores, que os funcionários tinham muito medo de participar porque não tinham uma carreira fixa, não tinham segurança.<sup>38</sup> A funcionária de escola Maria Leni dos Santos confirma que, embora fizessem parte do “novo” sindicato, os funcionários não participavam muito.<sup>39</sup> Beki diz que “eles achavam, ainda pensam, que o sindicato era só de professores, então eles não se sentiam parte do sindicato.”<sup>40</sup> Portanto, podemos perceber que os dois segmentos ainda não se mostravam muito coesos em relação ao sindicato, até mesmo pela novidade da unificação. De fato, só agora havia um sindicato de trabalhadores em educação, sendo que antes eram duas entidades, representando segmentos afins mas, separados.

Antes da unificação dos dois sindicatos, a cidade de Irati e outras que compõem hoje o núcleo sindical eram parte integrante do núcleo sindical de Ponta Grossa/PR, sendo necessário - seguindo a hierarquia da entidade - se reportar ao mesmo sobre questões de interesse da classe na região. Em Irati, no entanto, já existiam professores que se destacavam como lideranças em momentos de greves e assembleias, mobilizando a categoria, realizando reuniões e articulando paralisações. Beki conta que chegou na cidade em 1995, vindo de União da Vitória, e imediatamente se integrou aos outros professores que militavam no sindicato, principalmente com Pianaro.<sup>41</sup> Em conjunto com estes professores, começaram a trabalhar de forma independente da sede regional. Segundo Pianaro, não havia um “representante” sindical indicado por Ponta Grossa/PR ou pela diretoria estadual do mesmo, e ele se tornou uma liderança apenas porque sempre tomava a iniciativa.

Sem um espaço específico para as reuniões, algumas vezes estas se realizavam até mesmo no pátio de alguma escola. Segundo Pianaro, para tudo dependiam de Curitiba “e só tinha duas maneiras de resolver as coisas: ligando,

<sup>36</sup> O termo professor, denota sempre, dentro da escola, o conjunto daqueles servidores que não são funcionários, incluindo-se aí direção e equipe pedagógica. Antes da união com os funcionários a designação “Sindicato dos Professores do Paraná” englobava essas três categorias.

<sup>37</sup> Em princípio todos os servidores públicos estaduais são funcionários do Estado do Paraná. No entanto, estaremos usando o termo funcionário para designar especificamente aquele servidor da escola pública que não é nem professor, nem da equipe pedagógica e nem da direção.

<sup>38</sup> José Pianaro, Entrevista concedida a José J. Camargo, em 22 out. 2008. 1 CD (16’20’’).

<sup>39</sup> Maria L. dos Santos. Entrevista concedida a José J. Camargo, em 8 out. 2008. 1 CD (14’26’’).

<sup>40</sup> Idemar V. Beki, Entrevista concedida a José J. Camargo, em 11 out. 2008. 1 CD (36’8’’).

<sup>41</sup> Beki, “Entrevista”.

ou indo lá pessoalmente.”<sup>42</sup> O conjunto de professores de Irati/PR começava a trabalhar sem levar em conta a sede regional do sindicato, em Ponta Grossa/PR.

Três eventos são de importância decisiva para o estudo ora focado: o primeiro são as eleições sindicais de 1999, que marcam uma elevação das tensões entre os grupos envolvidos no campo, principalmente na esfera regional, onde o grupo dos hereges tenta se institucionalizar e é combatido pela ortodoxia. O segundo acontecimento é a greve de 2000, quando os hereges atestam sua força e independência em relação à ortodoxia regional, baseados principalmente em seu alinhamento com a ortodoxia estadual, à qual a direção regional não se alinhava. Mostramos também como essa greve tem ligação com o contexto mais abrangente em que as classes trabalhadoras como um todo, e a classe dos trabalhadores em educação, em particular, se moviam durante o que Adalberto Moreira Cardoso chama de “A década neoliberal.”<sup>43</sup> O terceiro evento, que na verdade perpassa todo o período que estudamos, é o programa de reorganização geográfica proposto pela sede estadual e efetivado justamente em 2002.

### **As eleições sindicais de 1999: elevação das tensões**

A quebra da “hierarquia” e o aparecimento de lideranças em Irati não parece ter passado despercebido aos dirigentes do núcleo sindical radicado em Ponta Grossa. De fato, nas eleições sindicais de 1999, as tensões latentes entre os dirigentes e as lideranças independentes vieram à tona. Nessas eleições, ocorridas a 30 de setembro de 1999, disputaram a direção do núcleo duas chapas: Chapa 1: “Sempre em defesa da escola pública” e, Chapa 2: “APP para todos – da hora.”<sup>44</sup>

A chapa 1 regional alinhava-se com a chapa do mesmo nome que disputava a diretoria estadual para o segundo mandato consecutivo. A chapa 2 era formada pelas pessoas que já integravam a direção do núcleo de Ponta Grossa - candidatando-se, portanto, a um segundo mandato na região - mas que não eram alinhadas com a direção estadual. A chapa 2 “APP para todos – da hora” também tinha um grupo concorrendo para a estadual à qual a direção de Ponta Grossa se alinhava. Definiam-se assim, portanto, as posições de cada grupo na disputa.

Segundo o professor Beki, nessa eleição a diretoria estadual do sindicato o incentivou a participar de uma chapa para disputar a eleição do núcleo na

<sup>42</sup> Pianaro, “Entrevista”.

<sup>43</sup> Adalberto M. Cardoso, *A década neoliberal e a crise dos sindicatos no Brasil* (São Paulo: Boitempo, 2003).

<sup>44</sup> Jornal 30 de agosto. Ano IX. Nº 70. Setembro de 1999.

condição de vice-presidente<sup>45</sup> “porque eles não confiavam nas pessoas que estavam lá, eram concorrentes nossos da direção, aquelas disputas que se sabe que tem.”<sup>46</sup> As atas de reuniões da diretoria regional realizadas entre os anos de 1997 e 1999 parecem comprovar essa desconfiança da sede Estadual. De fato, percebem-se falas que atestam discordância com a linha de ação da direção estadual, como por exemplo na ata da reunião final da diretoria em 1997, onde esta decide que “o núcleo sindical de Ponta Grossa não servirá mais de joguete, analisando, discutindo e resolvendo seus próprios problemas.”<sup>47</sup> A mesma ata ainda relata descontentamentos com a maneira como a sede estadual conduzia a entidade em negociações com o poder público e a assembleia legislativa, acusando-a de “radicalizar” nas negociações, fechando assim canais de diálogo.

Um livro ata com data de abertura em 23 de setembro de 1976 (exclusivo para registros de eleições) contém os registros do pleito de 1999. A candidatura da Chapa 1 regional encontra-se descrita nos seguintes termos: “em data de 2 de julho de 1999 às 8 horas e 5 minutos foi inscrito a chapa A.P.P. Sempre em Defesa da Escola Pública nas dependências do núcleo sindical de Ponta Grossa (...) Presidente – Judith Barbisan, Vice-presidente – Idemar Vanderlei Beki.”<sup>48</sup> Note-se que a professora Judith Barbisan era de Ponta Grossa. Isso reflete o fato de que a ortodoxia em Irati contava com o apoio de agentes radicados na sede e também descontentes com a situação. O registro da Chapa 2 regional não tem ata e nem data específicas, sendo que apenas na ata de encerramento das inscrições de concorrentes é descrita, tendo o professor Sebastião Rocco como presidente. Nessa chapa, o professor de Irati Adeveno Leite da Silva aparece como representante de município.<sup>49</sup>

Percebe-se que, apesar de o maior número de agentes simpatizantes da ortodoxia ser de Ponta Grossa, encontram-se aí também pessoas descontentes, tendentes a formar uma oposição e disputar a direção regional; e da mesma forma há um agente em Irati que se propõe apoiar a situação. Portanto, quando falamos do grupo de agentes de Irati, ou do Grupo de Ponta Grossa/PR, não podemos deixar de levar em conta essas exceções. Não é possível pensar, com

<sup>45</sup> Na atual estrutura do sindicato, o cargo de vice-presidente foi extinto, sendo que a eleição de 1999 foi a última em que este cargo existiu. Agora, a direção estadual e dos núcleos é composta por presidente e secretários.

<sup>46</sup> Beki, “Entrevista”.

<sup>47</sup> “Ata da reunião final da Diretoria da APP-Sindicato - Núcleo Regional de Ponta Grossa”, 18 dez. 1997.

<sup>48</sup> “Ata referente ao processo eleitoral de 1999 – A.P.P. núcleo sindical de Ponta Grossa,” 7 jul. 1999.

<sup>49</sup> O representante de município não é um cargo na diretoria e nem é condição para a inscrição de uma chapa. É facultativo tê-lo ou não. Isso nos leva a pensar mais numa estratégia de contar com alguém da heterodoxia a título de dividi-la, ou apenas de não dar a sensação de exclusivismo, de ter apenas militantes de Ponta Grossa na chapa.

efeito, em uma divisão geográfica *a priori* que tenha o poder de colocar todos que residem em Irati - ou em Ponta Grossa - em um mesmo grupo, apenas porque moram no mesmo município. Pensar os grupos de acordo com a cidade de referência torna-se, então, apenas uma questão de efeito prático.

Podemos dizer, grosso modo, que os militantes de Irati constituíam uma heterodoxia em relação ao grupo dominante de Ponta Grossa/PR, que por sua vez estava desalinhada com a ortodoxia estadual. Mais que uma eleição para representar a classe na região, percebe-se uma tentativa de enquadramento legítimo, por meio de eleições livres e democráticas, de uma região aos interesses da ortodoxia dominante na entidade. Assim como a ortodoxia regional procurava enquadrar os militantes dissidentes radicados – principalmente - em Irati/PR. Esses grupos, embora em oposição, não pareciam divergir fundamentalmente em suas plataformas de campanha. Basicamente, o grupo que então representava a situação apresentava como trunfo os avanços conseguidos em sua gestão, e o grupo que se situava na oposição apresentava os avanços que pretendia obter.<sup>50</sup> Embora em campanha pudessem surgir taxações como “governista” para designar a heterodoxia, ou acusações referentes ao uso que a ortodoxia fizera dos recursos da entidade, o contexto geral de perda de direitos trabalhistas, coloca como principal foco das duas campanhas a necessidade de lutar por esses direitos.

Segundo Beki “a relação nossa com o núcleo de Ponta Grossa não era boa porque não tinha um trabalho efetivo do núcleo de Ponta Grossa aqui em Irati. Eles nunca se importaram com nós aqui, não tinha uma ligação forte.”<sup>51</sup> A justificativa para que alguém de Irati se lançasse em uma chapa concorrendo com a ortodoxia regional, era a de que essa pessoa poderia realizar um trabalho mais efetivo neste lugar onde a direção atual não se fazia presente. Embora as lideranças de Irati não parecessem mesmo fazer questão dessa presença, como fica evidenciado pela disposição de contatar sempre a sede estadual e não a regional. Não se pode esquecer também os registros em atas arquivadas na sede regional de Ponta Grossa, com datas anteriores a 1999, onde consta a preocupação da diretoria regional em fazer visitas aos “municípios do interior” como Irati e Jaguariaiva.<sup>52</sup> Esses registros documentais podem comprovar,

<sup>50</sup> Jornal 30 de Agosto. Ano XII Nº 95, setembro de 2002. Essa distinção é válida para os grupos estaduais. No entanto, as plataformas de campanha dos grupos regionais são sempre correlatas à seus equivalentes estaduais, embora possam ocorrer pequenas variações de acordo com especificidades locais, como era o caso dos grupos em disputa pela diretoria regional de Ponta Grossa no período.

<sup>51</sup> Beki, “Entrevista”.

<sup>52</sup> “Ata da reunião da diretoria da APP-Sindicato – Núcleo Regional de ponta Grossa,” de 21 fev. 1997.

minimamente, que a cidade de Irati e seus filiados figuravam como assunto em reuniões da diretoria regional de Ponta Grossa/PR, não sendo simplesmente esquecidos ou ignorados.

A ata de apuração das eleições de 1999 tem data de 30 de setembro. A descrição da apuração mostra um pleito equilibradíssimo, tanto na esfera estadual quanto regional, havendo inclusive casos de empate em algumas urnas, com poucos votos brancos e nulos. Pode-se perceber também que nem sempre nas urnas onde a chapa estadual vencida acontecia o mesmo com sua equivalente regional, e vice-versa.<sup>53</sup> Foram impugnadas duas urnas, uma pela chapa 1 e outra pela chapa 2. Conforme consta na ata, a presidente da Comissão Eleitoral Estadual “orientou a mesa da assembléia que tomasse a medida de colocar a apreciação da plenária regional os recursos encaminhados à mesa referente as urnas 33 e 36 pelas chapas 1(um) e 2(dois) respectivamente.”<sup>54</sup> Após credenciarem presentes para a plenária, esta decidiu por manter as impugnações, o que levou a Chapa 1 a entrar com um recurso de impugnação da própria assembleia de apuração.<sup>55</sup>

O clima de tensão no momento da apuração pode ser imaginado, se notarmos que a ata estava já sendo finalizada sem que fosse colocado o resultado do pleito! É feito um adendo onde se registra, primeiro, que a ata não fora aprovada pelos presentes, e em seguida ainda outro adendo para que se possa colocar o resultado da apuração dos votos considerados válidos.<sup>56</sup> No último adendo lê-se “em tempo o resultado final da apuração de 37 urnas foi o seguinte – A nível Estadual foi Chapa 1 - 704 votos Chapa 2 – 667 votos e regional Chapa 1 – 707 votos, Chapa 2 – 735 votos considerados válidos.”<sup>57</sup> A seguir, o veredicto do pleito: “considerando ainda o resultado para eleição da Diretoria do Núcleo Regional de Ponta Grossa na qual a Chapa 2 obteve 735 votos válidos e a Chapa 1 707 votos válidos, nos termos do artigo 60 do Regimento eleitoral e 167 do estatuto, proclamamos eleita a Chapa Nº 2.”<sup>58</sup>

De acordo com Beki, o caso acabou indo parar na justiça comum, onde a chapa 1 perdeu. Segundo ele, quando abriram as urnas e contaram os votos, aqueles votos (que não foram considerados), dariam a vitória a essa chapa. Até hoje essa eleição é assunto que não se comenta muito na entidade. Com o desfecho do pleito eleitoral, a ruptura entre as lideranças de Irati e de Ponta Grossa se confirmou. Entre as lideranças em Irati já vinha de bastante tempo o

<sup>53</sup> “Ata da apuração-Eleições da APP-Sindicato dia 30 de setembro de 1999,” de 30 set. 1999.

<sup>54</sup> “Ata”, de 30 set. 1999.

<sup>55</sup> “Ata”, de 30 set. 1999.

<sup>56</sup> “Ata”, de 30 set. 1999.

<sup>57</sup> “Ata”, de 30 set. 1999.

<sup>58</sup> “Ata”, de 30 set. 1999.



desejo de emancipação em relação a Ponta Grossa e de criação de um núcleo na própria cidade.

### **A proposta de reorganização geográfica**

Com o crescimento da entidade, a divisão que se tinha em núcleos regionais estava se tornando incoerente com a situação. Já em 1997, em um congresso para planejamento estratégico, a ideia de uma reorganização geográfica fora levantada. No Congresso Estadual, em dezembro de 2000, o assunto foi novamente debatido e finalmente referendado em assembleia em março de 2001.<sup>59</sup> A reorganização compreenderia duas fases, sendo que na primeira – concluída já em 2001 - alguns núcleos mudaram de cidade-sede. Na segunda fase aconteceria a implantação de novos núcleos. No programa constavam o desmembramento do núcleo de Curitiba e Região Metropolitana em quatro novos núcleos, e a criação de mais três nas cidades de Irati, Laranjeiras do Sul e Toledo. No mesmo boletim constava, também, que implantar os novos núcleos dependeria “da capacidade dos trabalhadores em educação dessas regiões os viabilizarem.”<sup>60</sup>

A justificativa para a reorganização parecia repousar mesmo na necessidade de se reestruturar para enfrentar melhor os desafios novos que surgiam. Essa proposição aparece no caderno de resoluções apresentado - e aprovado - por ocasião do Congresso em 2000.<sup>61</sup> Em entrevista publicada no boletim da entidade, o secretário de imprensa – eleito presidente do sindicato nas eleições de 2002 – José Rodrigues Lemos, justificava a criação dos novos núcleos. Na região de Curitiba, segundo ele, estava 25% da categoria, sendo que dos 23000 professores e funcionários, somente 5400 eram sindicalizados. Fazia-se necessário fortalecer a organização nessa região porque “o centro do poder do estado está na capital e se aqui não estamos bem organizados perdemos força política.”<sup>62</sup> Quanto ao núcleo de Irati, o mesmo afirmava que, olhando o Paraná, percebeu-se que “havia condições para se criar um novo núcleo em Laranjeiras do Sul, desmembrado de Guarapuava; em Irati, outro, emancipado de Ponta Grossa.”<sup>63</sup> Entre as condições, certamente havia que estar a vontade e militância de um grupo de futuros diretores.

Temos aqui, portanto, um elemento decisivo vindo de um lugar acima das lideranças de um grupo regional e de outro. De fato, a reestruturação operada pela sede estadual foi decisiva para colocar as lideranças de Irati em condições

<sup>59</sup> Fonte: Jornal 30 de agosto. Ano XI N° 88 dezembro de 2001.

<sup>60</sup> “Jornal 30 de agosto”, 2001.

<sup>61</sup> Rocha, 27.

<sup>62</sup> “Jornal 30 de agosto,” maio 2002.

<sup>63</sup> “Jornal 30 de agosto,” maio 2002.

de emancipação em relação à Ponta Grossa. Por outro lado, sem lideranças capazes de uma ação efetiva no local, não se poderia conseguir tal reestruturação, porque não haveria quem ficasse à frente do novo núcleo. Se o grupo de Irati não teve força para colocar um dos seus na ortodoxia regional, ou substituí-la, esta por sua vez era oposição em relação a estadual, o que a impedia de contar com essa diretoria para reivindicar seus direitos hierárquicos sobre o grupo de dissidentes locais. A aliança do grupo de Irati com a ortodoxia estadual poderia ser decisiva.

Mas após a derrota nas urnas em 1999, embora tivesse demonstrado força perante as sedes regional e estadual, o grupo de Irati ficava com a necessidade de demonstrar que era capaz de liderar os demais sindicalizados na cidade, para adquirir legitimidade, principalmente entre os militantes de outras cidades que pudessem vir a fazer parte do futuro núcleo. Essa oportunidade surgiu com a greve de 2000.

### **O contexto e a greve de 2000**

Em seu estudo sobre o neoliberalismo e a crise dos sindicatos no Brasil, Adalberto Moreira Cardoso aponta que a implantação do modelo neoliberal no país - uma aposta dos governos que se elegeram sucessivamente após a redemocratização, principalmente com Fernando Henrique Cardoso - trouxe, entre outras consequências, uma intensiva campanha para desacreditar o funcionalismo público.<sup>64</sup>

No plano nacional, segundo Cardoso, houve também um retrocesso em relação ao grande avanço dos sindicatos e das centrais de trabalhadores ocorrido nos anos 1980. Em sua análise, a CUT - central à qual a APP-Sindicato é filiada - em razão de seu posicionamento de esquerda, perdeu grande parte de seu poder para a Força Sindical. Central notadamente conivente com o programa neoliberal, a Força Sindical, grande concorrente da CUT no mercado sindical brasileiro, teria participado do governo FHC em detrimento dos trabalhadores que representava, mas ganhando com isso força política e legitimidade.<sup>65</sup> Sobre o contexto mundial, Perry Anderson afirmava ser a força do neoliberalismo tão grande que “os neoliberais podem gabar-se de estar à frente de uma transformação sócio-econômica gigantesca, que vai perdurar por décadas.”<sup>66</sup> Como aponta o testemunho de Anderson, ninguém apostava muito nas forças da esquerda no planeta. Foi uma década de avanços para a direita em toda parte.

<sup>64</sup> Cardoso, 43-44.

<sup>65</sup> Cardoso, 61-76.

<sup>66</sup> Perry Anderson, “Balanço do neoliberalismo,” in Emir Sader e Pablo Gentili, orgs., *Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático* : (Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995).

Uma das grandes bandeiras do receituário neoliberal – que Cardoso diz desconfiar ser preparado “...preferencialmente para o consumo de governos de países do Sul”<sup>67</sup> - era o Estado mínimo. Basicamente, a idéia consistia em limitar ao máximo a participação do Estado na economia, voltando a algo como o *laissez faire* do liberalismo. E o papel do estado teria que ser mínimo também em políticas sociais, entre as quais se inclui, obviamente, a educação pública. Essa diminuição dos investimentos estatais em políticas sociais se vinculava ao discurso de que era preciso sanar as contas do estado deficitário. A diminuição dos investimentos em educação afetava diretamente os trabalhadores em educação pública, que eram atingidos também por falta de investimentos em saúde e outros.

Se a esquerda<sup>68</sup> brasileira não conseguiu parar a implantação do receituário neoliberal no país, isso não quer dizer que ela tenha ficado inativa. O caso é que os programas de privatizações e desmonte do Estado andaram a passos rápidos, assim como as políticas de flexibilização do mercado de trabalho, de início, segundo Cardoso, com grande apoio popular. Mas o mesmo aponta que nos anos pós 1998/1999, o programa de direita estava sendo fortemente reprovado, o que deu novo alento à CUT e à esquerda em geral.<sup>69</sup>

No Paraná, o período de governo Lerner, que coincide com o de Fernando Henrique Cardoso na esfera federal (1994-2002), era denunciado pela esquerda como tendo aplicado o mesmo receituário neoliberal. Os boletins editados pela APP-Sindicato falam em perda de direitos, greves por melhores salários e condições de trabalho, flexibilização do mercado de trabalho e perdas salariais.<sup>70</sup> Para a educação, o grande desafio dos trabalhadores foi a criação do Paranaeducação,<sup>71</sup> denunciado como o ato que poderia terceirizar esse serviço público, garantido na constituição e na própria Lei de Diretrizes e Bases (LDB) como dever do Estado. Como atesta o Boletim de abril de 1998, a APP-Sindicato

<sup>67</sup> Cardoso, 83.

<sup>68</sup> Entendemos como grupos que adotavam uma posição de esquerda, no período que estudamos, aqueles grupos que eram em princípio contrários às propostas da ideologia neoliberal. Nessa denominação não se podem pensar todas as centrais sindicais, como Cardoso explicita no caso da Força Sindical, por exemplo. Nem se pode pretender que aquela esquerda seja a mesma de hoje, uma vez que o contexto se alterou e muitos grupos de esquerda estão hoje nos postos de comando de Estados – como no Brasil –, e não necessariamente carregam suas antigas bandeiras para dentro de seus novos postos.

<sup>69</sup> Cardoso, 72.

<sup>70</sup> Fonte: boletins da APP-Sindicato editados no período entre 1998-2002. Jornal 30 de Agosto.

<sup>71</sup> O Serviço Social Autônomo Paranaeducação foi criado em Curitiba a 05 de fevereiro de 1998, por decreto do então governador do estado Jaime Lerner. Seu artigo primeiro dá o teor de prestadora de serviços : “...o PARANAEDUCAÇÃO Serviço Social Autônomo, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, de interesse coletivo, criado pela Lei Estadual Nº 11.970, de 19 de dezembro de 1997, goza de autonomia administrativa e financeira e vincula-se, por cooperação, à Secretaria de Estado da Educação – SEED.”

entrou com uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADIN) contra a criação da “prestadora de serviços.”<sup>72</sup>

No ano de 2000, frente à precarização das condições de trabalho e de vida, começam a surgir rumores de uma possível greve dos trabalhadores em educação no estado. No dia 29 de abril, lideranças dos professores e funcionários de Irati se reuniram, no Colégio Estadual Antônio Xavier da Silveira, com um representante da sede estadual, para debater que posição adotariam em caso da deflagração de uma greve, e que posição teriam na assembleia estadual do sindicato, no dia 06 de maio, quando a greve seria votada.<sup>73</sup> Em 8 de maio, dois dias depois da assembleia estadual, outra reunião aconteceu, dessa vez para decidir as ações que os grevistas tomariam em Irati, uma vez que a greve fora votada favoravelmente.<sup>74</sup>

Para o professor Beki, “a primeira vitória desse grupo que se organizou aqui em torno do professor Pianaro, do professor Adevino, junto com a gente e com os outros professores foi que a gente conseguiu mobilizar a categoria e a gente participou da primeira greve. Não que Irati participou da primeira greve, participou de outras greves.”<sup>75</sup>

Essa greve tornou-se um ponto de referência para o grupo radicado em Irati. Após a derrota nas urnas - embora amplamente contestada - o grupo dava provas de que era capaz de liderar a classe na cidade e na região. Mais importante, mostrava para a direção regional que podia levar ações adiante sem recorrer a esta direção.

Com o lançamento da proposta de reorganização geográfica do sindicato em 2001, foram estipuladas as comissões pró núcleo. Estas comissões constituíam-se de um grupo de professores e funcionários militantes que ficavam encarregados de viabilizar a implantação do núcleo. Em Irati, no dia 16 de novembro de 2001, houve a primeira reunião do pró núcleo entre lideranças locais e representantes da diretoria estadual, em uma sala do Colégio Estadual Antônio Xavier da Silveira. Nesta reunião foram debatidas as dificuldades e necessidades de organização para o núcleo, sendo que a principal dificuldade era encontrar representantes de todos os municípios que comporiam o mesmo para criação de uma diretoria representativa.<sup>76</sup> Essa dificuldade decorre, justamente, do fato de que os integrantes do grupo que lutara pela implantação do novo núcleo era formado quase que exclusivamente por pessoas residentes em Irati/PR.

<sup>72</sup> Jornal 30 de agosto, abr. 1998.

<sup>73</sup> “Ata n. 1/2000,” de 29 abr. 2000.

<sup>74</sup> “Ata n. 2/2000,” de 8 maio 2000.

<sup>75</sup> Beki, “Entrevista”.

<sup>76</sup> “Ata da primeira reunião do pró núcleo da APP-Sindicato em Irati.” 16 nov. 2001.

No Boletim estadual de dezembro de 2001 algumas páginas foram dedicadas ao assunto da reorganização, sendo publicadas as opiniões de pessoas envolvidas com a criação dos novos núcleos e de pessoas que faziam parte das diretorias dos núcleos dos quais estes seriam desmembrados. Nesse mesmo Boletim, o professor Beki afirmava que a aceitação do núcleo de Irati entre os sindicalizados estava sendo boa. O professor Sebastião Rocco, presidente do núcleo de Ponta Grossa à época – eleito na conturbada eleição de 1999 - afirmava considerar a reorganização importante e enfatizava “não fomos pegos de surpresa, portanto estamos de pleno acordo.”<sup>77</sup> Pode-se concluir dessa afirmação que Ponta Grossa já esperava que o grupo de Irati buscaria estabelecer-se em terreno próprio, conclusão aparentemente óbvia após as eleições de 1999 e a greve de 2000, onde os iratienses pediram orientações diretamente à estadual, ignorando a sede regional.

Nesse período de recuperação dos setores da esquerda em geral, os direitos trabalhistas voltaram a ser exigidos e não apenas negociados com desvantagem. No Paraná, os trabalhadores em educação sentiram que precisavam mostrar força para manter o que já tinham e conseguir o que faltava ainda. A greve foi o meio. Esses trabalhadores se comportaram, efetivamente, como uma classe. Não houve, e nem poderia haver, uma adesão de 100% da mesma à greve. Mas podemos dizer que estamos diante da manifestação de uma classe. O pesquisador poderia recortar essa classe provável e incluir esses trabalhadores, esperando deles um comportamento mais parecido do que em contato com quaisquer outros grupos. Antes de pertencerem a um credo, a uma torcida organizada, ou outro agrupamento social, esses sujeitos se portavam como trabalhadores em educação. Detentores de uma experiência de classe muito parecida, em um contexto de perda de direitos trabalhistas, sentiram que sua classe poderia se definir em oposição a um poder público negligente.<sup>78</sup>

Pensamos que a precarização das condições de trabalho, e o arroxo salarial impetrados pelo poder público aos trabalhadores em educação no período – e não só pelo poder público, se pensarmos no caráter privado da Paranaeducação – praticamente os obrigava a colocarem as motivações econômicas em primeiro plano nas suas lutas. Mesmo com o processo de greve em 2000, a tabela salarial vigente em 2002 (último ano dos chamados governos neoliberais) aponta um funcionário de serviços gerais, com ensino primário,

<sup>77</sup> Jornal 30 de Agosto, dez. 2001.

<sup>78</sup> Insistimos em considerar que entendemos essa classe que recortamos em relação ao período estudado, não como algo que sempre existiu e sempre existirá. Entendemo-la como um processo histórico, onde os sujeitos reais presentes respondem às condições estruturais que pesam sobre suas vidas, como a precarização das condições de trabalho, por exemplo.

ganhando R\$156,00 por quarenta semanais de trabalho, e um professor com ensino superior recebendo R\$442,80 por vinte horas.<sup>79</sup>

### ***Regeres sacra e regeres fines: reorganização geográfica e o novo núcleo sindical***

Bourdieu, ao trabalhar com a ideia de região, propõe, buscando a etimologia da palavra em Benveniste, que esta parte sempre de um ato de autoridade. Um ato de poder simbólico<sup>80</sup> que tem em si o poder de fazer existir o que enuncia, um ato que só pode ser levado a cabo pela autoridade maior, munida do poder de *regeres sacra* (falar com autoridade reconhecida) e *regeres fines* (traçar limites). Sendo que em última instância “a regio e as suas fronteiras (fines) não passam do vestígio apagado do ato de autoridade que consiste em circunscrever a região.”<sup>81</sup> Também aponta para o caráter social da constituição de uma região, dizendo que não há como provar a constituição de regiões naturais separadas por fronteiras naturais. Para ele “o que faz a região não é o espaço, mas sim o tempo, a história.”<sup>82</sup>

É a partir dessa posição que entendemos a criação do núcleo sindical “regional” de Irati. A essência mesma do programa de reorganização geográfica do sindicato está em que este foi levado a cabo – apesar do forte apelo às discussões que existiram na base – por um grupo que tinha o poder de fazê-lo, radicado na sede estadual. Isso não quer dizer que o ato de criação do núcleo tenha sido apenas fruto da vontade da(s) autoridade(s) maior(es).

Traçar os limites dentro dos quais iria se inserir o novo núcleo exigiu amplo uso do poder de *regeres fines*. Afinal, Irati era pertencente ao núcleo de Ponta Grossa/PR, mas de qual núcleo saíam os municípios que comporiam a nova unidade? Não há registro de grandes controvérsias a respeito dessa questão. De fato, já em 2001 o boletim do sindicato informava que o novo núcleo herdaria 9 (nove) municípios antes pertencentes à Ponta Grossa/PR, e mais 2 (dois) que eram parte do núcleo de Guarapuava/PR.<sup>83</sup> E foi isso efetivamente que aconteceu. Os municípios que compõem o novo núcleo são: Teixeira Soares, Guamiranga, Imbituva, Irati, Ivaí, Rebouças, São João do Triunfo, Fernandes Pinheiro e Rio Azul, antes pertencentes ao núcleo de Ponta Grossa, e Prudentópolis e Inácio Martins antes pertencentes à Guarapuava. Nas atas arquivadas na sede de Ponta Grossa há apenas um registro breve da perda dos

<sup>79</sup> Jornal 30 de Agosto, maio 2002.

<sup>80</sup> Pierre Bourdieu, *Coisas ditas* (São Paulo: Brasiliense, 2004), 167 “o poder simbólico é um poder de fazer as coisas com palavras.”

<sup>81</sup> Pierre Bourdieu, *O poder simbólico* (Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003), 113-114.

<sup>82</sup> Bourdieu, “O poder simbólico”, 115.

<sup>83</sup> Jornal 30 de Agosto, dez. 2001.

municípios para o novo núcleo. Este se refere apenas ao fato de que esta perda afetou a arrecadação da sede, sem maiores comentários.<sup>84</sup>

O caso da cidade de Imbituva mostra com clareza a validade do poder de *regeres sacra* e *regeres fines*. Na divisão estabelecida pela SEED, essa cidade pertence ao núcleo regional de educação de Ponta Grossa, mas na divisão estabelecida pelo sindicato, ela pertence à região de Irati. Dentro de cada grupo a autoridade maior sanciona de um jeito diferente os limites (*fines*) da região. Nesse sentido, pouca coisa há ou poderia haver de natural nesse recorte. Ele é definido na história, de acordo com interesses e atitudes sociais, sendo que a continuidade espacial entre os municípios é dos poucos elementos naturais a comparecer na divisão. Talvez o nome “reorganização geográfica” pudesse, ou devesse, ser colocado mais propriamente como reorganização político-geográfica. Tomemos como medida as palavras do presidente do sindicato à época da reorganização, Romeu Gomes de Miranda: “muito há ainda por fazer mas este não é um processo puramente geográfico (...) é um processo eminentemente político.”<sup>85</sup>

De acordo com o estatuto da APP-Sindicato, a instância máxima de deliberação da entidade é a assembleia estadual,<sup>86</sup> guardadas as competências de um Congresso. A luta pela implantação do núcleo sindical em Irati terminou quando uma assembléia estadual referendou sua existência. Quando a autoridade reconhecida exerceu seu poder de trazer à existência e traçar os limites (*regeres sacra* e *regeres fines*). A partir daí passava a existir oficialmente o núcleo sindical de Irati da APP-Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública do Paraná, situado inicialmente à “Rua 19 de dezembro nº 280, edifício Comercial Pérola do Sul, 1º (primeiro) andar, sala dez.”<sup>87</sup>

## Considerações

A implantação do núcleo sindical de Irati não aconteceu por simples atos da vontade dos militantes sindicais que atuavam na cidade fazia já algum tempo. Nem aconteceu somente por que, num dado momento de sua história, a APP-Sindicato passou por um processo de reorganização geográfica que previa a possibilidade de desmembrar o núcleo de Ponta Grossa – que mesmo depois da cisão continuou sendo um dos maiores e mais influentes da entidade. Também não foi somente porque a direção de Ponta Grossa dava pouca atenção a essa parte de seus filiados, ou porque houvessem rixas incuráveis advindas do pleito eleitoral de 1999, ou decorrente da greve de 2000. Pensamos que todos esses elementos se articulam.

<sup>84</sup> “Ata n. 3/2003, de 26 jul. 2003.

<sup>85</sup> Romeu G. de Miranda, “Breve história da APP-Sindicato,” in Rocha, 7.

<sup>86</sup> Fonte: Estatuto da APP-Sindicato. Art. 22 inciso IX.

<sup>87</sup> “Primeira Ata da Assembléia Regional do Núcleo sindical de Irati,” de 22 jun. 2002.

No decorrer do processo histórico que estudamos, percebemos a atuação de uma classe de trabalhadores em educação pública do Paraná - diga-se de passagem, um dos últimos estados da federação em que professores e funcionários se uniram no mesmo sindicato, não havendo aí, portanto, nenhuma originalidade -, onde antes haviam dois segmentos: um de professores e outro de funcionários. A experiência de classe de ambos os segmentos já de tempos era parecida, sendo que com a implantação dos governos neoliberais, ela constituía da perda de direitos trabalhistas e precarização das condições de trabalho e de vida. No sentido objetivo (com Hobsbawm e Thompson) já existia uma classe. Foi justamente face ao momento histórico específico que ambos os segmentos passaram a se ver com a possibilidade de união para defender seus interesses, reconhecidos como sendo comuns. Face ao momento histórico e à opressão impetrada pelo poder executivo, que deveria prover seus direitos, uma nova classe pode ser recortada então. Seus integrantes - mesmo os não militantes, que, de acordo com Cardoso, a legislação prevê serem representados pelo sindicato, concordando ou não - teriam atitudes mais parecidas em situações semelhantes do que em contato com outros grupos.

Se essa classe mostrava um grau de coesão considerável – apesar das reticências da parte do segmento dos funcionários - perceptível em momentos de greve, o campo sindical, sendo o espaço em que os atores e os grupos (militantes) se moviam, era palco de disputas. Na região coberta pelo núcleo sindical de Ponta Grossa, podia-se delimitar a existência de uma ortodoxia, que procurava se manter na direção do mesmo e uma heterodoxia, que procurava tomar esse espaço, ou pelo menos conseguir posições na direção. Os hereges se constituíam de um grupo radicado principalmente na cidade de Irati, mas também em Ponta Grossa que, em 1999, teve a oportunidade de entrar legitimamente na ortodoxia, através de um processo eleitoral onde um de seus representantes tomou parte como candidato à vice-presidência. Embora já de bastante tempo viesse reivindicando autonomia e trabalhando de forma a não se submeter à sede regional, a vitória no pleito eleitoral poderia dar legitimidade e institucionalização, além de retirar do poder uma direção que procurava se perpetuar. Essa ortodoxia regional não se alinhava com o grupo que detinha o poder no plano estadual. Como afirma Beki, ele teria sido convidado a disputar o cargo de vice presidente na região por integrantes dessa direção estadual.

Esse pleito eleitoral parece ter sido o ponto alto das tensões no campo, dentro de nosso recorte espaço-temporal. Em nenhum outro momento as relações parecem ter se mostrado tão conturbadas. Tomemos como medida dessa tensão o recurso à justiça comum. É também decisivo para que o núcleo de Irati se efetivasse. De fato, se na esfera estadual o resultado do pleito tivesse sido outro, o grupo de Ponta Grossa é que teria a vantagem da aliança com a liderança



do Estado, solicitada pelo grupo de Irati. Mas a história não é a investigação das coisas que *poderiam* ter acontecido.

A derrota no pleito eleitoral, retirou dos hereges a possibilidade de se institucionalizar dentro da estrutura existente. Por outro lado, ajudou a medir a força simbólica do grupo, embora tenha deixado a necessidade de novos momentos para a afirmação dessa força e sua eficácia. Com a greve de 2000 a oportunidade surge, e a ruptura com a sede regional é reafirmada através da busca por auxílio para a mobilização na sede estadual. A importância dessa greve para o movimento de implantação do núcleo em Irati, é especificada na entrevista de Beki, que a toma como referência, como o momento em que o grupo de Irati conseguiu mobilizar efetivamente os trabalhadores em educação por seus próprios meios, reafirmando sua força.

A tensão no campo era evidente. Após as eleições de 1999 e a greve de 2000, essa tensão tendia a se acentuar. O grupo que constituía a ortodoxia na região (Ponta Grossa) vencera as eleições e continuaria no controle da mesma – ao menos pelo triênio próximo.<sup>88</sup> O grupo pertencente à heterodoxia, derrotado nas urnas, afirmara sua força na greve, mas isso não era suficiente para garantir lugar na ortodoxia. Dentro da estrutura afirmada, os hereges não poderiam ascender à posição de dominantes ou mesmo ter um dos seus na direção regional. A proposta de reorganização geográfica inverte os pesos da balança das relações de poder entre os grupos regionais, abrindo aos hereges a possibilidade de se institucionalizarem, criando um espaço próprio de atuação: uma outra diretoria regional onde eles ocupariam os postos dominantes, constituindo uma outra ortodoxia, sem precisar lutar por espaço em uma situação já estabelecida. Essa proposta, segundo indica a documentação disponível, seria levada a cabo de qualquer forma. Isso não quer dizer que a cidade de Irati, necessariamente, deveria estar incluída entre as novas sedes possíveis. O trabalho levado a cabo pelos dissidentes locais, tendo como pano de fundo a situação histórica que se criara, tem o mérito de conseguir colocar suas aspirações na pauta estadual, realização que deve muito, sem dúvida, à sua estreita aliança com os dirigentes estaduais.

O fato de Beki lembrar que fora convidado por membros da estadual a concorrer em 1999, e do grupo de Irati sempre recorrer à diretoria estadual em detrimento da regional, dá mostras do quanto o grupo de Irati estava alinhado com a ortodoxia estadual. Portanto, a reorganização geográfica do sindicato tinha fortes possibilidades de propor a criação de um núcleo regional em Irati, como acabou acontecendo. Nesse sentido, a militância do grupo radicado em Irati; o – alegado – descaso da diretoria regional com essa parte de seus filiados;

<sup>88</sup> O Estatuto da APP-Sindicato Curitiba, 2008. p. 33 prevê, no art. 21, que os mandatos eletivos serão sempre trienais.

a busca desse grupo por reconhecimento, e mesmo a busca da ortodoxia estadual por enquadrar a direção de Ponta Grossa, ou substituí-la por outra mais conforme a suas orientações, são todos elementos que têm no item “reorganização geográfica” a possibilidade de modificar o estado de posições no campo. O novo núcleo e as cidades que o iriam compor, saídas em sua maioria do núcleo de Ponta Grossa, já não constituem surpresa para a diretoria regional. A afirmação de Rocco de que “não fomos pegos de surpresa” mostra que essa exigência já era esperada. Mais, mostra que, dada a conjuntura vigente, onde a direção regional era oposição à direção estadual, a ortodoxia regional não se dispunha a lutar contra a implantação do novo núcleo. Como se pode perceber, se a ortodoxia regional foi bem-sucedida em impedir o acesso de integrantes da heterodoxia ao posto de direção da mesma, essa ortodoxia não teve o mesmo sucesso – e nem talvez a mesma disposição –, em impedir a perda de uma parte significativa de seu território para os antigos dissidentes.

Definida - ou imposta - a necessidade da implantação, faltava o ato de sagração simbólico pelo qual a autoridade maior – uma assembleia estadual da entidade<sup>89</sup> – pudesse enunciar a existência e definir os limites do novo núcleo<sup>90</sup>. Usando dos poderes de *regeres sacra* e *referes fines*, uma assembleia referendou a criação do novo núcleo e sua abrangência. Pensamos ter atingido o objetivo de nosso trabalho. Este foi o de refletir sobre a implantação do núcleo de Irati para além de uma necessidade administrativa da APP-Sindicato. Isso sem cair também em uma prática maniqueísta. Um campo tende a ser mais complexo que isso. Daí a necessidade de se levar em conta o tempo todo a posição da direção estadual, o momento histórico vivido pela classe quando se deu a implantação e a situação dos militantes em disputa. A efetiva implantação do núcleo sindical da APP-Sindicato em Irati, envolveu elementos de ordens diversas, que esperamos – e acreditamos – ter elencado e sistematizado nesse trabalho.

<sup>89</sup> Os artigos 15 a 22 do Estatuto da APP-Sindicato. Curitiba, 2008. pp. 11-13 dão o tom de que as assembleias são instâncias soberanas e democráticas, podendo, sob circunstâncias previstas no mesmo, ser convocados por qualquer sindicalizado em dia com sua mensalidade. O artigo 22, em seu inciso XI reza ainda que é competência de uma assembleia estadual “aprovar a criação, desmembramento ou junção de Núcleos Sindicais, definindo-lhes a jurisdição”.

<sup>90</sup> Na entrevista, Pianaro lembra que por ocasião de uma greve rápida em 2001 foi à Curitiba, onde conversou com o professor Romeu Gomes de Miranda, então presidente da entidade, e este lhe teria afirmado estar “tudo certo” para a implantação do núcleo, faltando apenas referendar em assembleia. Pianaro, “Entrevista”.